

Cresce a produção de leis sugeridas pelo Congresso

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comemorou a constatação de que 2005 foi, nos últimos 16 anos, o período em que o Congresso teve mais leis de sua autoria promulgadas. Segundo o último número do boletim informativo *Tendências*, 59% das leis aprovadas no ano passado nasceram no próprio Parlamento. **Página 3**

Projeto garante vagas semigratuitas em universidades

Projeto de Paulo Paim que reserva 15% das vagas em universidades particulares para alunos com renda familiar *per capita* de até um e meio salário mínimo foi aprovado pela Comissão de Educação. Conforme a proposta, um terço desses 15% fará jus a 80% de desconto na anuidade e os outros dois terços terão redução de 15%. **Página 2**

Senado busca solução para a crise do gás boliviano

Renan Calheiros recomenda que o governo seja “duro” na defesa dos interesses da Petrobras e do Brasil

Os senadores decidiram debater a nacionalização das reservas de gás e petróleo bolivianas com os ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim, de Minas e Energia, Silas Rondeau, e com o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli. A iniciativa do presidente Evo Morales de ocupar militarmente as instalações da Petrobras no país foi longamente debatida na sessão de ontem. O líder do PSDB, Arthur Virgílio, acusou o presidente Lula de estabelecer uma aliança danosa com o presidente boliviano, considerado por Virgílio como “bufão e irresponsável”. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que “não há outro caminho a não ser agirmos com firmeza para não sermos condescendentes com essa quebra de contratos”. O presidente da Comissão de Relações Exteriores, Roberto Saturnino, o líder do governo, Romero Jucá, e a líder do PT, Ideli Salvatti, pediram cautela na reação brasileira. A indicação do novo embaixador na Bolívia não será votada agora. **Páginas 4 e 5**



Iniciativa do governo boliviano provoca reação dos senadores em Plenário



Ao lado de Romeu Tuma, Luiz Otávio (D) preside a reunião da CAE que suspendeu o exame de projeto sobre importação de pneus usados

CAE aprova diretores para órgãos públicos e empréstimo ao Tocantins

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem autorização ao estado do Tocantins para contratar crédito externo de até US\$ 106,2 milhões. Os recursos serão destinados à construção de 70 pontes, necessárias à estruturação do sistema rodoviário do estado. Com aporte de contrapartida do governo do Tocantins, os investimentos no projeto alcançam US\$ 125 milhões. Para a diretoria da Comissão de Valores Mobiliários foi acolhida a designação da economista Maria Helena dos Santos Fernandes, enquanto Francisco José Rabelo do Amaral teve seu nome aprovado para a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). Todas essas decisões vão ao exame do Plenário. **Página 6**

Comissão acolhe projeto de concessão de descontos de até 80% para alunos carentes nas instituições privadas

Aprovada proposta de vagas semigratuitas em universidades

Em decisão terminativa, a Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto de lei de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) que reserva 15% das vagas em universidades particulares para alunos com renda familiar *per capita* máxima de um salário mínimo e meio.

Pela proposta (PLS 01/04), um terço desses 15% fará jus a 80% de desconto na anuidade e os outros dois terços terão redução de 50%. Para a manutenção do benefício, os estudantes serão obrigados a demonstrar frequência e desempenho acadêmico suficientes, a cada ano.

Em seu parecer favorável, o relator, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), argumentou que a proposição dará uma contribuição importante para atingir uma das principais metas do Plano Nacional de Educação: a elevação de matrículas no ensino superior.

– Pelo plano, até 2011, 30% dos jovens entre 18 e 24 anos deverão estar matriculados no ensino superior. Hoje, esse percentual é inferior a 10% – acrescentou.

Zambiasi apresentou duas emendas, aprovadas juntamente com o projeto, sendo uma para dirigir a medida às instituições de ensino universitário privado que gozam de benefício fiscal e a segunda para permitir que se



Paim (D), autor da proposição, e Zambiasi, relator na CE

incluam, na apuração dos 15% dos beneficiados, as bolsas já previstas na lei, a exemplo das concedidas à conta do Programa Universidade para Todos.

Biomédicos

A CE aprovou também o Projeto de Lei da Câmara 09/06 instituindo 20 de novembro como o Dia Nacional do Biomédico.

Em seu parecer, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) afirmou que se tratava de uma iniciativa válida com o objetivo de homenagear os profissionais biomédicos numa data de grande significado para a classe.

– Foi em um dia 20 de novembro que o Supremo Tribunal Federal exarou decisão que permitiu que a profissão fosse regulamentada no país – explicou Augusto Botelho.

Na reunião de ontem foram aprovados ainda 11 projetos de decreto legislativo que autorizam a execução de serviços de radiodifusão comunitária em cidades de Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia e Paraíba.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Com pauta trancada, Plenário debate crise com Bolívia

Três medidas provisórias, como a que reajusta em 8% a tabela do Imposto de Renda (MP 280/04), trancam a pauta do Plenário hoje. A votação depende de acordo. Com ou sem entendimento, os senadores

devem dedicar grande parte dos discursos à crise com a Bolívia, decorrente da decisão do presidente Evo Morales de nacionalizar as jazidas de petróleo e gás exploradas pela Petrobras naquele país.



Emendas ao Fundeb na CCJ

Às 9h30, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) retoma a análise das mais de 30 emendas apresentadas ao projeto de criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de

Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Também está em pauta projeto que estabelece regime inicial e condições de progressão de regime para o cumprimento de pena (PLS 48/06).

Pedidos de audiências e benefícios para idosos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) reúne-se às 10h para votar requerimentos solicitando audiências públicas para discutir o combate à violência contra os idosos, problemas estruturais da

Febem e a erradicação do trabalho infantil. Também debate projeto que prioriza os idosos na concessão de benefícios pelos programas de habitação voltados para a população de baixa renda (PLS 246/03).

CPIs dos Bingos e da Emigração

A CPI dos Bingos vota, a partir das 11h, requerimentos para convocações e pedidos de informações. Também está marcado o depoimento do presidente da Federação Brasileira dos Bingos (Febrabingo), Carlos

Eduardo Canto. Entre os requerimentos polêmicos, estão os relacionados à violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. Também às 11h, a CPI da Emigração Ilegal ouve Gentil Mata da Cruz.

CRA discute dívidas rurais

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) reúne-se às 11h30 para discutir e votar seis projetos de lei. Entre eles, encontram-se duas propostas de alongamento e repactuação de dívidas

agrícolas, beneficiando pequenos produtores rurais. O primeiro item é o projeto de lei (PLS 259/04) que prevê a anistia, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural.



Plano Plurianual na CMO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) tem reunião agendada para as 14h30. Entre as mais de 30 matérias que fazem parte da pauta, destaca-se o projeto que quer adequar o Plano Plurianual 2004-2007 ao Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional em abril.

Seguro-desemprego a domésticos

Amanhã, às 9h30, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pode aprovar propostas que beneficiam os empregados domésticos, como o projeto que dá a eles o direito ao seguro-desemprego. Também discute o projeto que regulamenta o exercício da profissão de supervisor educacional.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Tião Viana, Alvaro Dias e Romeu Tuma



Ideli ressalta que salário mínimo permite, hoje, a compra de 2,34 cestas básicas

Ideli Salvatti aponta benefícios do aumento do mínimo

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), afirmou que o principal benefício obtido pelo trabalhador brasileiro durante o governo Lula foi o aumento do salário mínimo para R\$ 350. Segundo ela, a elevação do salário mínimo é um dos instrumentos mais eficientes para a distribuição de renda e o aquecimento da economia.

De acordo com Ideli, a melhoria

alcança 24 milhões de trabalhadores vinculados à Previdência e Assistência Social. Com isso, há aumento de R\$ 11 bilhões na massa salarial do país, que vai engrossar em R\$ 2,6 bilhões a arrecadação de impostos. Se considerados os 40 milhões de pessoas que recebem até um salário mínimo, a massa salarial sobe para R\$ 15 bilhões e o aumento da arrecadação, para R\$ 3,7 bilhões.

– Esses números demonstram de forma inequívoca o impacto na economia e na massa salarial dos trabalhadores – ressaltou.

Ideli informou que o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) considera o atual salário mínimo como o de maior valor real desde 1989. A senadora também ressaltou a ampliação do poder de compra do salário mínimo, que permite ao trabalhador adquirir 2,34 cestas básicas, contra 1,29 cesta básica do governo anterior. Para Ideli, o controle rigoroso da inflação foi a medida responsável pela mudança na relação entre o mínimo e a cesta básica.



Para Antonio Carlos, Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza foi desvirtuado

ACM: governo usa Bolsa Família como “barganha política”

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou ontem, em Plenário, que o governo Lula está lançando mão do programa Bolsa Família como “instrumento de barganha política”. Para o senador, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza foi des-

virtuado pelo governo federal e “se transformou em uma esmola, que humilha os nordestinos”.

– Não foi para isso que nós o criamos. Não o concebemos para vê-lo transformado em menos do que caridade pública. E jamais para que servisse de plataforma política de aventureiros – sustentou Antonio Carlos.

No âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza é o principal financiador do Bolsa Família, que por sua vez é um dos principais instrumentos do programa Fome Zero. Na avaliação de Antonio Carlos, o governo federal, “populista e sem escrúpulos”, está usando o fundo como “mero instrumento de compra de votos”.

– Antigamente, ao atacar suas vítimas, os ladrões as ameaçavam com “a bolsa ou a vida”. Hoje, no interior nordestino é: “o voto ou a bolsa” – ironizou.

Voto de pesar e homenagens ao artista plástico Calazans Neto

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou ontem requerimento de voto de pesar pela morte do artista plástico Calazans Neto, ocorrida no último dia 30. Ele lembrou que o artista era amigo do escritor Jorge Amado e também seu amigo de infância.

Segundo Antonio Carlos, apesar de ter sido acometido por paralisia infantil, o artista

não perdera o vigor. Rodolpho Tourinho (PFL-BA) associou-se à homenagem ao artista, a quem qualificou como “um grande baiano”. César Borges (PFL-BA) salientou o trabalho de ilustração de Calazans de várias obras do escritor Jorge Amado. Arthur Virgílio (PSDB-AM) frisou que Calazans foi um grande nome da cultura brasileira.

Pela primeira vez em 16 anos, Congresso teve mais leis de sua autoria promulgadas: foram 59% em 2005. No ano anterior, participação do Executivo foi de 81%

Majoria das leis aprovadas em 2005 teve origem no Legislativo

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, comemorou ontem, em Plenário, a constatação de que, nos últimos 16 anos, 2005 foi o primeiro ano em que o Congresso Nacional teve mais leis de sua autoria promulgadas. O dado foi apontado no último número do boletim informativo *Tendências*, dirigido a investidores e empresários nacionais e do exterior.

Segundo o boletim, que analisa as relações de equilíbrio entre os Poderes no Brasil, em 2004, por exemplo, 81% da produção legislativa teve origem no Executivo. Naquele ano, restou ao Congresso apenas 14%, e, ao Judiciário, 5%. Já em 2005, 59% das leis aprovadas nasceram do próprio Parlamento, ao passo que a participação do Executivo caiu para 41% (não incluídos os projetos de lei de créditos orçamentários).

– Em 2005, promovemos uma inversão completa do qua-



Ao lado de Valadares, Renan (D) diz que congressistas cumpriram seu papel

dro, o que, em outras palavras, significa uma afirmação do Poder Legislativo, apesar de todas as crises e turbulências que atravessamos – observou o presidente.

O senador destacou ainda que, a despeito de um “famigerado e intrigante modelo de edição

de medidas provisórias”, responsável pelo trancamento de 65% das sessões do Senado Federal em 2005, segundo nota divulgada pela Presidência, e de todas as críticas a que foram submetidos, os congressistas cumpriram seu papel e “limparam a pauta”.

Ministro presta contas e fala de novos projetos

O ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, reuniu-se ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para apresentar a prestação de contas do programa de recuperação de estradas implementado pelo governo desde 2005. O ministro disse não ser possível haver superfaturamento nem desvio de verbas nessa operação, já que sobre ela haveria controle absoluto.

Passos também expôs os projetos que devem ser priorizados pelo ministério até o fim de 2006. Estão incluídos a concessão de trecho da rodovia BR-163 entre Nova Mutum (MT) e Santarém (PA) para exploração da iniciativa privada; e a construção do arco rodoviário do Rio de Janeiro, especialmente os trechos entre o bairro de Santa Cruz e o município de Mangaratiba, além do trecho que liga a cidade ao porto de Sepetiba. No Nordeste, deve ser iniciada a recuperação de cinco trechos da BR-101.

Greve de fome de Garotinho decorre de imaturidade política, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a greve de fome do ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho é decorrente de imaturidade política, pois não tem sentido uma pessoa que se coloca como candidato à Presidência da República tomar esse tipo de atitude diante de uma adversidade. – Isso é um precedente muito ruim. Eu acho que nem deve ser levado em consideração. Não vejo como um assunto que deva ser tratado pelo partido [PMDB], uma vez que se trata de uma decisão pessoal, unilateral.

Segundo Renan, a greve de fome de Garotinho não expõe negativamente o PMDB. Para ele, o partido foi mais exposto quando convocaram prévias e criaram o índice ponderado para apurar a votação que deu maioria de votos ao governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto.

Renan também comentou a

declaração do presidente Lula de que gostaria de contar com o PMDB como aliado nas próximas eleições. Ele lembrou que Lula sempre quis uma aliança formal com o partido e nunca escondeu esse desejo, mas que é muito difícil a sua realização.

– Tanto a candidatura própria, como qualquer aliança, atrapalha muito as alianças nos estados. Ele [Lula] está devidamente informado disso.

Renan disse também que deverá entregar à Executiva Nacional do PMDB o documento de convocação da convenção partidária. Ele explicou que ainda faltam algumas assinaturas e que não é possível esperar até o fim de junho para a realização da convenção que definirá sobre alianças e se haverá ou não candidatura própria.

– Estamos querendo antecipar para definirmos o rumo. Senão, engessam os estados, fica todo mundo esperando a decisão nacional – concluiu.

Audiência pública deverá contar com a presença dos ministros das Relações Exteriores e de Minas e Energia, além do presidente da Petrobras

Moreira Mariz



Para Lúcia Vânia, "governo não pode dizer que nada sabia"

Lúcia Vânia vê falha na política externa do país

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) manifestou apreensão com a decisão do governo da Bolívia de nacionalizar o gás natural e promover uma invasão militarizada das empresas estrangeiras que atuam no país. Além de duas refinarias da brasileira Petrobras, empresas como a YPF-Repsol (hispano-argentina) tiveram campos de produção ocupados pelo exército boliviano.

Para a senadora, no que se refere ao Brasil, o fato demonstra a incompetência da política externa do presidente Lula, que, conforme a parlamentar, teria sido iludido diante de uma possível aproximação por identidade ideológica entre o governo petista brasileiro e o boliviano de Evo Morales.

– Creio que o episódio estremeceu a lua-de-mel entre Lula e Evo Morales. Mas o governo não pode dizer que nada sabia. Evo Morales já vinha ameaçando e fez a estatização por decreto – enfatizou Lúcia Vânia, lembrando que por diversas vezes o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), advertira da tribuna sobre a pretensão de Morales em relação ao petróleo e gás natural de seu país.

Em aparte, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse que encaminhou à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional requerimento solicitando a presença do embaixador da Bolívia no Brasil, Edgar Camacho Omiste, na reunião de amanhã, para falar aos senadores sobre a decisão de Morales.

Senado interferirá na crise provocada pela nacionalização do gás boliviano

O Senado vai interferir na crise provocada pelo bloqueio das operações da Petrobras na Bolívia. Ontem, durante debate em Plenário sobre o assunto, ficou acertada a realização de audiência pública com a presença dos ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim, e de Minas e Energia, Silas Rondau, além do presidente da estatal, José Sérgio Gabrielli. A decisão foi tomada durante longo pronunciamento do líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), sobre o assunto.

O presidente da Casa, Renan Calheiros, recomendou que o governo brasileiro seja "duro" na defesa dos interesses da empresa e do Brasil. "Não há outro caminho a não ser agirmos com firmeza para não sermos condescendentes com essa quebra de contratos, com esse desvario. O Congresso tem que exercer o seu papel neste momento", afirmou Renan.

Para Arthur Virgílio, o que ocorreu na Bolívia foi "uma expropriação", e não uma nacionalização, uma vez que o governo daquele país não teria como indenizar a Petrobras. O senador criticou o presidente Lula por ter estabelecido uma "aliança danosa" com o presidente Evo Morales, considerado pelo parlamentar como "bufão e irresponsável".

O discurso motivou grande número de apartes. De um lado, os opositores, irritados com o decreto-lei baixado por Morales, alertaram para a possibilidade de quebra no fornecimento de gás ao Brasil e para o aumento dos preços do combustível. Do outro, os governistas, certos de que o gasoduto Brasil-Bolívia continuará funcionando, defenderam o direito de os bolivianos decidirem o que fazer com suas reservas.

Cautela

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Roberto Saturnino (PT-RJ), pediu cautela na reação brasileira ao ato boliviano, por entender que a formação da Comunidade Sul-Americana de Nações "transcende" os interesses da Petrobras. O senador, entretanto, não apresentou óbice à proposta de Virgílio para que a comissão e o Plenário adiem a aprovação do novo embaixador brasileiro em La



Renan afirma que governo deve ser "duro" na defesa dos interesses nacionais



O decreto do presidente boliviano pratica uma "expropriação", diz Arthur Virgílio

Paz, como forma de pressão sobre Evo Morales. Virgílio quer ainda que o atual embaixador, Antonino Gonçalves, retorne ao Brasil para prestar esclarecimentos sobre a crise, deixando lá um encarregado de negócios.

Apesar da proposta, o parlamentar do PSDB recomendou que o Brasil siga a via do entendimento diplomático e recorra até ao Tribunal Internacional da Haia, de forma a reparar seus prejuízos. Mas o senador disse preocupar-se igualmente com a situação política na América do Sul, potencialmente capaz de afastar investidores da região.

– O Uruguai já disse que sairá do Mercosul, e o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, está financiando Cuba e dando ajuda à Argentina. A América do Sul virou um barril de pólvora, prestes a explodir – advertiu Virgílio. O parlamentar criticou Lula por ter sido "surpreendido" pela decisão de Morales, quando ela fazia parte do programa eleitoral do presidente boliviano.

Prazo

Tanto o vice-líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), quanto a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), pediram paciência, uma vez que o decreto-lei estabelece prazo de 180 dias para a definição dos novos termos da relação com as empresas brasileiras, inclusive a usina siderúrgica EBX.

– Em política externa não há companheirismo, nem relação sindical, partidária ou ideológica. Só prevalecem os interesses de cada país. Se Lula não adotar linguagem dura com esses parceiros, o Brasil vai fazer papel de tolo – alertou Virgílio, crítico do nacionalismo "bolivariano" que tem crescido na América do Sul desde a eleição de Chávez.

Já Leonel Pavan (PSDB-SC) rotu-

lou a amizade entre Lula, Chávez e Morales como "a turma do trago e do charuto". A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse acreditar que Morales está defendendo os interesses legítimos da Bolívia, que, neste caso, chocam com os interesses brasileiros. Ela observou que o aumento do preço do gás, em decorrência do aumento de im-

posto sobre o combustível, é natural, uma vez que o Brasil hoje compra gás da Bolívia a preços abaixo dos encontrados no mercado internacional.

Também apartaram Arthur Virgílio os senadores Fernando Bezerra (PTB-RN), Sibá Machado (PT-AC), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Wellington Salgado (PMDB-MG), Demostenes Torres (PFL-GO), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Romeu Tuma (PFL-SP), Heráclito Fortes (PFL-PI), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS).

Decreto atribui à Bolívia controle total das reservas

O decreto de nacionalização das jazidas de petróleo e gás da Bolívia, assinado na segunda-feira pelo presidente Evo Morales, estabelece que o Estado "recupera a propriedade, a posse e o controle total e absoluto desses recursos". Segundo informação da Agência Brasil, a partir de agora todo o petróleo e todo o gás produzidos no país deverão ser repassados à empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB).

O ato assinado por Morales concedeu prazo de 180 dias para que as empresas instaladas no país se adaptem às novas regras. A Petrobras já aplicou mais de US\$ 1,5 bilhão no país vizinho. Conforme o decreto, 82% do valor arrecadado na venda de gás e petróleo ficará com o Estado boliviano.



Osmar adverte que decreto deve afetar trabalhadores bolivianos

Osmar teme avanço do populismo

Com base no noticiário dos últimos dias, o líder do PDT no Senado, Osmar Dias (PR), advertiu ontem, em discurso no Plenário, para o risco de expansão do populismo nos governos das nações sul-americanas. O mote de seu alerta foi a decisão adotada segunda-feira pelo presidente da Bolívia, Evo Morales, de nacionalizar a exploração de gás e petróleo no país, o que poderia levar a uma quebra de acordos de investimentos firmados com a Petrobras e outras empresas brasileiras.

– Qual o empresário que vai ter coragem de investir, a partir deste momento, na Bolívia? – indagou o representante paranaense.

Na opinião de Osmar Dias, a postura de Evo Morales vai espantar a aplicação de novos investimentos naquele país, circunstância que, segundo o senador, deve afetar diretamente os trabalhadores bolivianos, que já começam a perder seus empregos. A medida contraria ainda, conforme o parlamentar, declaração do presidente da Bolívia, dada em visita ao Brasil, quando teria prometido que nada faria para prejudicar investimentos brasileiros lá.

De acordo com o líder trabalhista, a insegurança institucional estimulada pelo decreto de Morales interfere não só nos negócios em petróleo e gás, mas nos investimentos de produtores rurais brasileiros, que, atraídos por ofertas vantajosas dos governos bolivianos anteriores, teriam sido incentivados a comprar terras no país vizinho.

Rosewell Pinheiro

Vice-líder do governo espera que o bom senso prevaleça sobre as dificuldades enfrentadas na relação com a Bolívia



Alvaro diz que é preciso uma resposta enérgica do Brasil

Para Alvaro, Lula foi omissivo sobre crise com Bolívia

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) acusou o presidente Lula de “total omissão” no episódio que acabou na nacionalização das jazidas de gás e instalações da Petrobras na Bolívia.

– A surpresa não foi a decisão de Evo Morales, porque ele prometia isso desde a campanha eleitoral. A surpresa foi a omissão de Lula, que deveria, a tempo, ter tomado providências para defender os interesses brasileiros. Agora, é preciso uma ação enérgica por parte das autoridades brasileiras – afirmou.

Alvaro disse concordar com sugestão – feita por Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) – de que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) não vote a indicação do novo embaixador brasileiro na Bolívia, em protesto pela decisão de Evo Morales.

Em apartes, apoiaram a idéia os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Arthur Virgílio (PSDB-AM). O presidente da CRE, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), observou que nesta semana realmente não será possível votar a indicação.

Arthur Virgílio sugeriu que o governo brasileiro chame de volta o atual embaixador na Bolívia, Antonino Gonçalves, como sempre fez o Itamaraty toda vez que interesses brasileiros foram contrariados em outros países.

Ao encerrar seu discurso, Alvaro Dias afirmou que “só um projeto geopolítico do presidente Lula justifica a omissão” brasileira na Bolívia.

Em nome do governo, Jucá afasta risco de desabastecimento de gás

Em nome do governo federal, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse ontem que não há risco de desabastecimento de gás natural nem de elevação súbita de preços dos combustíveis no Brasil apesar da decisão do presidente da Bolívia, Evo Morales – anunciada na última segunda-feira –, de estatizar o controle dos campos de gás e petróleo naquele país.

A Bolívia deu um prazo de 180 dias para as empresas estrangeiras, entre elas a Petrobras, adaptarem-se à nova situação.

– Desejo transmitir tranqüilidade ao país; até 2019 temos um contrato firme com a Bolívia, regulado pelas organizações internacionais. Por mais que existam percalços, não prevalecer o bom senso, a eco-



Jucá: “O presidente Lula e a Petrobras vão defender os interesses do Brasil”

nomia de mercado e a necessidade que a Bolívia tem dessa receita extremamente significativa para ela. O presidente Lula e a Petrobras vão saber defender os interesses do Brasil na questão – disse.

Jucá registrou que a manutenção

do comércio de gás entre Brasil e Bolívia é de igual importância para ambos os países. Segundo o senador, o Brasil consome 26 dos 48 milhões de metros cúbicos de gás produzidos na Bolívia, receita que representa 15% do produto interno bruto daquele país.

Em aparte, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) lembrou que, há tempos, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) – autor do projeto de lei (PLS 226/05) que estabelece um marco regulatório para o setor de gás natural no Brasil – adverte o país sobre essa questão.

Jucá concordou com a necessidade de uma nova legislação nacional de gás, que permita ações de uma política mais ampla e definição de novas estratégias para o setor.

Sibá quer comissão de senadores nas negociações com Evo Morales

Sibá Machado (PT-AC) apresentou ontem requerimento visando à criação de uma comissão do Senado para participar das negociações entre os governos do Brasil e da Bolívia sobre a questão do gás e do petróleo. A iniciativa ocorre após a decisão do presidente Evo Morales de nacionalizar a exploração de gás e petróleo na Bolívia – o que afeta diretamente a Petrobras, principal empresa do setor naquele país.

– Não podemos achar que estamos em uma situação de guerra. Acredito que haverá uma grande negociação entre o governo brasileiro e o boliviano – declarou.

Estima-se que mais de 50% do gás natural consumido no Brasil provenha da Bolívia. Sibá disse que a decisão do governo boliviano “pegou a todos de surpresa”, apesar

de que a nacionalização desse setor da economia foi uma das bandeiras da campanha de Evo Morales à Presidência, no ano passado.

O senador leu em Plenário trechos de artigo do jornalista Luís Nassif publicado na *Folha de S. Paulo*. Em um deles, Nassif recorda que “a Petrobras chegou à Bolívia em 1996, dentro de um acordo celebrado entre os governos dos dois Estados nacionais”. Em outro, o jornalista destaca que, segundo o presidente da estatal, “durante os dez primeiros anos do gasoduto [Brasil-Bolívia], a Petrobras comercializou o gás com perdas, visando fomentar o uso do combustível no Brasil, ao mesmo tempo em que garantia o pagamento do gás contratado; ou seja, a Petrobras assumiu os



Sibá apresenta requerimento para criação de colegiado que trate sobre gás e petróleo

riscos de transportar e comprar o gás boliviano em um momento em que a Bolívia não dispunha de reservas suficientes para cumprir o contrato e o mercado de gás no Brasil não estava suficientemente desenvolvido”.

Por outro lado, ao comentar a alegada defesa feita por Morales das riquezas naturais de seu país, Sibá Machado ressaltou que “a Bolívia foi um Estado ‘sugado’ ao longo de sua história”.

Adiada sessão para comemorar auto-suficiência

A Mesa do Senado deferiu requerimento de autoria da líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), e das senadoras Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Serys Slhessarenko (PT-MT), solicitando que seja adiada a sessão especial – que estava marcada para hoje – em comemoração à auto-suficiência brasileira na produção de petróleo. A razão do requerimento, do qual não consta uma nova data, é

o decreto do governo da Bolívia que nacionaliza a exploração de petróleo e gás natural em território boliviano, afetando várias empresas, entre elas a Petrobras.

A reserva da hora do expediente para comemorar a auto-suficiência havia sido pedida pela própria líder do PT. O anúncio da auto-suficiência foi feito no último dia 21 pelo presidente Lula e marcou o início das operações da plata-

forma P-50, montada no campo de Albacora Leste, na bacia de Campos, litoral norte do estado do Rio de Janeiro.

Atualmente, a demanda nacional pelo produto é de 1,8 milhão de barris – equivalente à capacidade do parque nacional de refino. Com entrada em funcionamento da nova plataforma, a produção deverá atingir aproximadamente 1,9 milhão de barris.



Heráclito diz que autoridades se recusam a participar de audiência sobre crise da Varig

Heráclito afirma que presidente do BNDES debochou do Senado

Depois que o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Demian Fiocca, e o secretário de Previdência Complementar, Adacir Reis, ignoraram três convites para comparecer a audiências sobre a crise da Varig no Senado, Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu ao presidente da Casa, Renan Calheiros, providências contra o que classificou como desrespeito com a instituição.

– Para tristeza dos senadores que têm assento nas comissões de Assuntos Econômicos, de Infra-Estrutura, de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Sociais, em uma atitude de deboche e desrespeito para com o Congresso Nacional, as respostas foram dadas pelo chefe de gabinete alegando falta de tempo e de agenda. Por incrível que pareça, a primeira resposta foi repetida duas vezes, através de xerox. Não mudou nada, uma vírgula sequer. Nem mesmo a data – protestou.

Heráclito informou que as quatro comissões reagiram. Foi aprovado requerimento de Jefferson Péres (PDT-AM) convocando os ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo. Os dois ministros participarão de audiência pública conjunta na próxima terça-feira e, pelos termos do requerimento aprovado, estarão acompanhados do presidente do BNDES e do secretário de Previdência Complementar.

Em resposta a Heráclito, Renan Calheiros antecipou que “o Congresso não aceitará esse tipo de provocação”. Ele garantiu que fará o que for necessário para que fato de tal natureza não se repita. O presidente do Senado registrou ainda que a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, teve comportamento diferente quando soube que foi convidada para discutir com os senadores uma saída para a Varig.

– Ela me disse que compareceria à CI com satisfação – afirmou.



“Governo não tem sensibilidade para tratar da crise”, afirma César Borges

César Borges pede análise de veto a repactuação das dívidas rurais no Nordeste

O senador César Borges (PFL-BA) fez apelo ao presidente do Congresso, Renan Calheiros, no sentido de colocar em votação o veto total do presidente Lula ao projeto de lei da Câmara que trata da renegociação das dívidas rurais no Nordeste. Em seguida, criticou a medida provisória (MP 285/06) editada pelo governo em substituição à matéria.

Além de classificar essa MP como “inócua e ínfima” em relação às necessidades dos produtores nordestinos, César Borges condenou a indicação de um deputado do Rio Grande do Sul como relator na Câmara. Se o veto ao PLC 142/05 não for derrubado, o parlamentar defende mudanças na análise da MP 285/06 pelo Senado, pleiteando,

inclusive, a indicação de um senador da bancada nordestina para relatar a matéria.

– A situação da agropecuária brasileira é crítica e o governo Lula não tem sensibilidade para tratar os problemas do setor.

O senador comentou a adesão de produtores rurais do oeste da Bahia ao “Grito do Ipiranga”, movimento realizado por agri-

cultores de Mato Grosso, que estão fechando rodovias federais em protesto contra as políticas agrícola e econômica.

César Borges recebeu o apoio de Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Almeida Lima (PMDB-SE), Romeu Tuma (PFL-SP), Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), Leonel Pavan (PSDB-SC) e José Agripino (PFL-RN).

Comissão aprova crédito para Tocantins construir 70 pontes

Operação ainda depende do exame do Plenário. João Ribeiro pede ao Tribunal de Contas da União que acompanhe a execução do contrato

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem autorização ao estado do Tocantins para contratar crédito externo de até US\$ 106,2 milhões junto ao Capitalia Gruppo Bancário – MCC, da Itália, com garantia da União. Os recursos serão destinados à construção de 70 pontes. Com aporte de contrapartida do governo do Tocantins, os investimentos no projeto alcançam US\$ 125 milhões.

Antes da votação, o senador pelo Tocantins João Ribeiro (PL) se defendeu de recentes acusa-

ções na imprensa de seu estado de que estaria criando obstáculos à aprovação do empréstimo. Disse que estava sendo apresentado como “traidor” dos interesses do Tocantins por ter tomado a iniciativa de apresentar requerimento solicitando o adiamento da decisão, medida que julgou necessária para assegurar o exame de informações complementares, como as condições do pagamento do crédito e as localidades beneficiadas.

O senador acabou pedindo a retirada do requerimento, que

seria apreciado antes da votação do pedido de empréstimo. Porém, ao mesmo tempo, apresentou uma segunda proposição, com pedido para que o Tribunal de Contas da União (TCU) passe a acompanhar a execução do contrato. Justificou que a medida é cabível, na medida em que a União é garantidora do empréstimo, correspondente à segunda fase do projeto de pontes. Na primeira, contratada ao mesmo banco, foram levantados US\$ 118 milhões. A operação de crédito externo será agora submetida ao Plenário.

Adiada decisão sobre importação de pneus usados

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou requerimento que suspende o exame de projeto de Flávio Arns (PT-PR) que libera a importação de pneus usados pelo Brasil. O requerimento foi proposto por César Borges (PFL-BA), visando sustar a tramitação da matéria até que a Mesa diretora examine outro requerimento do parlamentar baiano para anexar o projeto dos pneus a propostas que já tramitam na Casa.

Na reunião, foi rejeitado requerimento de Alvaro Dias (PSDB-PR) para que a matéria pudesse ser votada em conjunto pela CAE e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. O projeto ainda vai passar nesta última comissão, para decisão terminativa. Até agora, não há consenso para a aprovação pela CAE da proposta de Flávio Arns.

Proposta sobre aposentadoria de donas-de-casa vai à Câmara

Após discussão em Plenário – que envolveu acalorada polêmica entre os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Romero Jucá (PMDB-RR) –, foi enviado ontem à Câmara dos Deputados o projeto de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) sobre aposentadoria para donas-de-casa e trabalhadores de baixa renda.

O debate teve início quando Tourinho protestou, já à noite, contra um recurso que adiará o envio da proposta (PLS 318/05), aprovada em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. O prazo para requerer a votação em Plenário acabara no dia 28, mas, segundo Tourinho, a base do governo teria apresentado ontem o recurso. No entanto, Romeu Tuma (PFL-SP), que presidia a sessão, respondeu que o requerimento fora, de fato, entregue dia 28.

Em seguida, Antonio Carlos Magalhães criticou os senadores que assinaram o recurso, citando, entre estes, Romero Jucá, Tião Viana (PT-AC), Ideli Salvatti (PT-SC) e Leomar Quintanilha



Tourinho diz que requerimento da base governista atrasaria exame da matéria

(PCdoB-TO).

– Está demonstrada com isso a má-vontade do governo em relação ao projeto. Os que assinaram são inimigos dos aposentados e das donas-de-casa – disse Antonio Carlos, acrescentando, ironicamente, que Romero Jucá foi “ex-líder de Fernando Henrique e de todos os governos”.

Jucá argumentou que “esse recurso não quebrava nenhum acordo, pois não visava rejeitar ou esconder a matéria, e sim trazê-la ao Plenário, já que trata da questão da Previdência e, por isso, é extremamente importante”.

Senadores discutem uso indevido de telefone por servidores

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) pediu, ontem, explicações à Mesa em relação a matéria publicada pela revista *IstoÉ* que apresenta dados de uma investigação no Senado sobre fraudes praticadas por servidores em telefones dos gabinetes de cerca de 40 senadores. De acordo com a revista, os prejuízos aos cofres públicos chegariam a R\$ 575 mil. Presidindo a sessão, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA), 2º secretário, informou ao Plenário que a reclamação será encaminhada à Presidência do Senado e que “todas as providências serão tomadas”.

A reportagem afirma que servidores estão usando telefones fixos

dos gabinetes para realizar ligações para seus próprios aparelhos celulares e, com isso, ganhando créditos devido a promoção de operadora de telefonia móvel. O gabinete de Arthur Virgílio teria sido uma das vítimas do golpe, segundo a *IstoÉ*. O senador reclamou do fato de não ter sido informado pela Presidência do Senado sobre as investigações em curso. Ele disse que o caso merece uma “investigação dura”.

– Apesar da investigação, a Mesa não fez nenhuma comunicação aos vitimados por este golpe nojento contra gabinetes de senadores. Não fui avisado. Não tomei providências porque a Mesa não me avisou.



Luiz Otávio e Patrícia Saboya (D) na sabatina de Maria Helena (E) e Francisco Amaral

Indicações para Adene e CVM serão examinadas pelo Plenário

As indicações de dois novos diretores de órgãos públicos foram aprovadas ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. Para a diretoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi aprovada a designação da economista Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, por 17 votos favoráveis e um contrário. Francisco José Rabelo do Amaral, funcionário de carreira do Banco do Nordeste do Brasil S.A., teve seu nome acolhido para a Agência de Desenvolvimento do

Nordeste (Adene), com 15 votos a favor e três contra. Agora, as indicações vão ser apreciadas pelo Plenário.

Em resposta ao senador César Borges (PFL-BA), na fase de sabatina dos indicados, Maria Helena salientou que a nova Lei das Sociedades Anônimas vem dando contribuição importante para a modernização do mercado de ações e que a consolidação do ciclo das taxas de juros vai permitir que o segmento torne-se mais competitivo e atraente.



Lando alerta para dívidas rurais e demora nos processos de zoneamento ecológico

Amir Lando apóia produtores rurais e madeireiros de RO

Uma ação pública emergencial para sanar os problemas dos produtores rurais e dos madeireiros de Rondônia foi defendida pelo senador Amir Lando (PMDB-RO). Segundo o parlamentar, os agricultores não têm como pagar suas dívidas, uma vez que os preços de itens como arroz, soja e carne, entre outros, estão abaixo dos custos de produção.

– É preciso garantir preços mínimos – cobrou.

Amir Lando disse ainda que a demora nos processos de zoneamento ecológico por parte dos órgãos governamentais vem causando danos irreparáveis junto aos que sobrevivem da atividade de extração da madeira.



Maciel: data coincide com abertura dos trabalhos da 1ª Assembléia Constituinte

Marco Maciel homenageia os taquígrafos

O senador Marco Maciel (PFL-PE) homenageou os taquígrafos, profissionais cujo dia é comemorado hoje. O senador explicou que a data coincide com a abertura dos trabalhos da primeira Assembléia Constituinte do Brasil, instalada em 3 de maio de 1823, ocasião em que taquígrafos do Legislativo trabalharam pela primeira vez no Brasil.

A taquigrafia é uma forma de escrita abreviada, utilizada para registrar simultaneamente o que está sendo dito em um evento. É muito utilizada nas sessões plenárias, para o registro fiel e integral dos discursos e debates dos senadores e deputados.

Com “encontro de contas”, empresa poderia iniciar o pagamento aos demais credores, afirma Antônio Carlos Bastos



Heráclito (C), entre Castro e Bastos, preside audiência conjunta de quatro comissões permanentes. Senadores cobram ações do governo para ajudar companhia aérea



Procurador defende acerto de contas entre União e Varig para solucionar crise

Em audiência pública realizada ontem para discutir a crise na Varig e apontar alternativas destinadas a salvar a companhia da falência, o procurador de Fundações da Procuradoria Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Antônio Carlos Bastos, defendeu o que classificou de “encontro de contas”, ou seja, a quitação de dívidas da União com a Varig e vice-versa, para que a empresa possa sair do “sufoco financeiro” e iniciar o pagamento aos demais credores.

Para Bastos, o governo tem a obrigação de socorrer a Varig, pois foi justamente o congelamento de tarifas por parte

do Executivo, na opinião dele, que iniciou o endividamento da empresa.

A Varig, que completa 79 anos no próximo dia 7, acumula dívida estimada em R\$ 9 bilhões, valor que cresce diariamente em R\$ 900 mil, apenas com a Infraero, em tarifas de pouso, decolagem e permanência. Essa é a terceira audiência pública promovida em conjunto por quatro comissões da Casa: Serviços de Infra-Estrutura (CI), Assuntos Econômicos (CAE), Assuntos Sociais (CAS) e Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Segundo o procurador, o en-

contro de contas representará aporte financeiro de cerca de R\$ 1,1 bilhão à Varig, uma vez que o governo deve em torno de R\$ 4,6 bilhões para a companhia, que, por sua vez, deve outros R\$ 3,5 bilhões em impostos.

Fundação

O procurador rebateu ainda informações de que a crise da Varig teria sido causada pela Fundação Rubem Berta. Ele explicou que, apesar de já estar há cerca de cinco anos sem receber qualquer dividendo da Varig, a instituição tem-se tornado auto-suficiente e conseguido prestar ainda, neste momento de crise, assistência a todos os trabalha-

dores do grupo.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) lembrou que o Senado já vem acompanhando a crise da Varig há três anos. Paulo Paim (PT-RS) se disse “esperançoso” em relação a uma solução para a companhia nos próximos dez ou 15 dias. Para Pedro Simon (PMDB-RS), o governo está consciente da sua responsabilidade com relação à Varig e “não vai assassinar a empresa, pois seria um absurdo que ficaria carimbado para o resto da vida”. Romeu Tuma (PFL-SP) acha que é possível o parcelamento da dívida dos estados com a Varig, na tentativa

Apelo ao STJ por agilidade no caso da companhia aérea

O senador Paulo Paim (PT-RS) comunicou que um grupo de trabalho coordenado por ele pretende encontrar-se com o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Raphael de Barros Monteiro, para pedir que aquele tribunal acelere o julgamento, em última instância, sobre o acerto de contas da Varig.

Paim explicou que a decisão do STJ é importante para que se conheçam os créditos aos quais a empresa tem direito e, a partir disso, se possa viabilizar o plano de sua recuperação. O anúncio foi feito durante audiência conjunta realizada ontem pelas comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais, de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assun-

tos Econômicos.

O senador informou ainda que o Instituto Aerus de Seguridade Social suspendeu a assistência médica aos funcionários da Varig e pediu que eles entregassem suas carteirinhas. Em um gesto simbólico de protesto, em vez de devolverem as carteirinhas ao Aerus, funcionários que participavam da audiência pública entregaram-nas ao presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

Acordo

Em Plenário, o senador Paulo Paim opinou que as audiências públicas realizadas pelo Senado Federal ajudam a viabilizar um acordo envolvendo a Varig, o BNDES, a BR Distribuidora e o governo.

Consultor econômico diz que empresa é recuperável

O consultor econômico da associação dos Trabalhadores do Grupo Varig (TGV), Paulo Rabello de Castro, afirmou que a empresa é recuperável. Ele ressaltou que, para o sucesso do plano de recuperação da Varig, o governo não precisa injetar dinheiro na empresa e sim aumentar os prazos para o pagamento das dívidas junto à Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e à BR Distribuidora.

O economista informou que a extinção da Varig poderá gerar um custo social ao Estado avaliado em mais de R\$ 10 bilhões.

– Com a Varig voando, empregos estarão garantidos e os credores ganham. Com ela parada, o governo não recebe

nada e ainda paga – observou Rabello.

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), disse que o objetivo das audiências públicas realizadas pelo Senado é dar transparência à discussão e informar sobre a situação da Varig. Ele ainda afirmou considerar falta de respeito ao Senado a ausência, após o segundo convite, do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Demian Fiocca, no debate sobre a crise da Varig.

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) concordou com o posicionamento de que a situação da companhia é um problema nacional e disse que “forças ocultas insistem em mantê-la no chão”.



Antero: "Nunca recebi nenhum benefício dessa gente"

Antero rebate acusações de João Arcanjo

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) refutou ontem as afirmações do ex-policial civil João Arcanjo Ribeiro, condenado a 37 anos de prisão. De acordo com João Arcanjo, que é considerado um dos chefes do crime organizado no estado de Mato Grosso, Antero teria lhe pedido dinheiro para a campanha eleitoral de 2002.

– Nunca fiz empréstimo, nem recebi doação, nem autorizei ninguém a fazê-lo em meu nome. Nunca recebi nenhum benefício dessa gente e desafio qualquer um a provar o contrário – disse o senador, autorizando a abertura de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico.

Antero lembrou haver solicitado investigações mais aprofundadas sobre as atividades de João Arcanjo, tendo inclusive sugerido a punição do ex-policial no relatório paralelo que apresentou quando presidia a CPI do Banestado. Na época, ele também teria pedido intervenção nas empresas de João Arcanjo.

Antero disse que as acusações de que é alvo partem de pessoas envolvidas com o crime organizado em seu estado, e destacou, além de João Arcanjo, o juiz Julier Sebastião da Silva.

Vários senadores se solidarizaram com Antero. Elogiaram a forma como ele enfrenta as denúncias e destacaram sua honestidade o presidente do Senado, Renan Calheiros, Arthur Virgílio (PSDB-AM), Almeida Lima (PMDB-SE), Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Luiz Pontes (PSDB-CE), Heráclito Fortes (PFL-PI) e Alvaro Dias (PSDB-PR).

Osiris Lopes Filho lembra em audiência na CPI dos Bingos que setor emprega 60 mil pessoas em todo o país

Ex-secretário da Receita defende a legalização das casas de bingo

O ex-secretário da Receita Federal Osiris Lopes Filho defendeu ontem, na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos, a aprovação de um projeto de lei que legalize a atividade de bingo em todo o país. Para o tributarista, esse tipo de jogo não pode continuar à margem da lei, uma vez que emprega uma média de 60 mil pessoas, distribuídas por cerca de mil estabelecimentos comerciais.

Osiris tentou tranquilizar os membros da CPI ao debater com os senadores a imagem que é atribuída às casas de bingo, de serem um

centro de lavagem de dinheiro. A explicação para desfazer esse conceito, segundo ele, é que a margem de ganho para cada apostador é muito pequena, não havendo a possibilidade de uma pessoa conseguir muito dinheiro com as apostas.

A legalização do jogo de bingo viria acompanhada, no entender de Osiris Lopes Filho, de algumas medidas preventivas. Como exemplo, citou a identificação dos jogadores, por meio da apresentação de seus respectivos CPFs. Outra medida que poderia ser adotada seria a proibição de menores de 18 anos

nos estabelecimentos, mesmo que apenas assistindo aos jogos.

Osiris sugeriu ainda que as grandes empresas sejam afastadas do controle do jogo e que a atividade tenha caráter descentralizado, isto é, caberia aos estados e municípios administrar o setor.

O bingo está na cultura do brasileiro, sendo jogado de forma prazerosa, especialmente por idosos e aposentados, avaliou o tributarista, ao estranhar que até hoje o bingo esteja inserido no que qualificou de "uma autêntica anarquia jurídica".

Relatório pode incluir sugestão de plebiscito

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), informou ontem à Agência Senado que pretende apresentar o relatório final dos trabalhos do colegiado no dia 5 de junho. Ele acrescentou que, na oportunidade, irá colocar para análise dos membros da CPI a proposta de realização de um plebiscito destinado a saber se a população deseja ou não a legalização das casas de bingo em todo o país. A consulta popular proposta por Garibaldi – e que poderá fazer parte do relatório – seria feita nas eleições municipais de 2008.

Indagado se o relatório final recomendaria o indiciamento do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, o relator não quis adiantar nada a respeito, por entender que o documento ainda está em fase de preparação. Admitiu, por outro lado, que a situação de Palocci "agravou-se" depois que foi provada a participação dele na quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa.

Votações polêmicas só com a presença de todos os titulares

Requerimentos considerados polêmicos, como o que pede a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, poderão ser votados na reunião da CPI dos Bingos marcada para hoje, a partir das 11h. A previsão é do presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB). Ele deixou claro, no entanto, que somente colocará em votação os requerimentos caso estejam presentes todos os membros titulares da comissão, num total de 15 senadores.

– É necessário que cada membro da CPI exponha abertamente se é favorável ou não à quebra dos sigilos de Okamoto ou à convocação de novos depoentes, entre eles o ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso – alertou o senador.

Mattoso é acusado de ser um dos principais responsáveis pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo.



Osiris Lopes Filho (E) participa de audiência pública presidida por Efraim Morais, com participação de Garibaldi Alves Filho

Senadores debatem propostas com Osiris

Durante debate do ex-secretário da Receita Federal Osiris Lopes Filho com parlamentares na CPI dos Bingos, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) quis saber se a regulamentação do jogo traria mais prejuízos, como uma maior incidência do crime de lavagem de dinheiro e do tráfico de drogas, do que vantagens para a sociedade. Em resposta, o tributarista disse que a atividade, continuando na semiclandestinidadade como ocorre hoje, chega a incentivar o aumento da própria corrupção e de ganhos ilícitos.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), informou que tramita na Casa projeto de lei de sua autoria que regulamenta a atividade dos bingos no país, mas condenou a abertura dos cassinos. Osiris concordou com o senador, ressaltando que a sociedade brasileira "se satisfaz apenas com os bingos". E observou que a legalização não significa a abertura de uma porta para a regulamentação dos cassinos.

O senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) afirmou que o setor de bingos poderia ser disciplinado

pela Caixa Econômica Federal, incluindo a confecção das cartelas. Osiris salientou que a centralização em um único órgão, como a Caixa, pode ampliar os riscos de corrupção, razão pela qual sugere que estados e municípios controlem as casas de bingo.

Já Romeu Tuma (PFL-SP) mostrou-se "assustado" com a proliferação de casas de bingo no país. Em São Paulo, por exemplo, como informou, a construção de um estabelecimento foi orçada em US\$ 6 milhões, demonstrando, na opinião do senador, que o setor dá lucro.